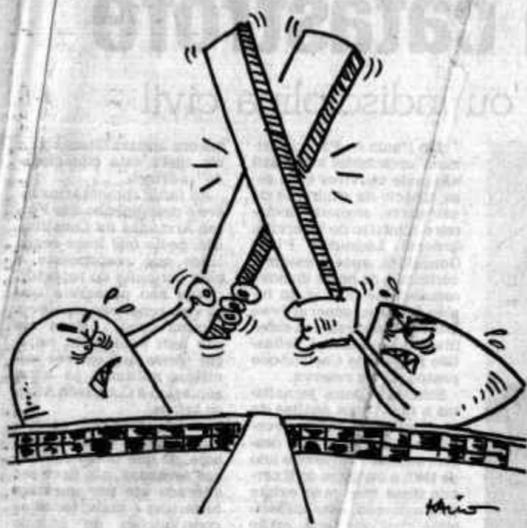


Câmara demite mil funcionários

Dispensados trabalhavam para deputados que não se reelegeram



Polêmica sobre fim do Senado vira uma guerra

A polêmica em torno da instituição do sistema unicameral, o que na prática corresponde a extinção do Senado, promete acirrar os debates nos meios políticos e até mesmo colocar deputados e senadores em confronto, com esses últimos se insurgindo contra os primeiros, os maiores defensores da ideia. Depois de assinalar que a Câmara trabalha pouco, o presidente do Senado, José Fragelli, disse ontem que a casa que precisa ser preservada até como meio de corrigir os erros praticados pelos deputados.

Ele acha também que o Senado reúne mais experiência, comédico, bom-senso e objetividade no exame das questões colocadas em pauta e jamais será impecilho a medidas que digam respeito aos interesses da Nação, como chegaram a suspirar os deputados que insistem na adoção do sistema unicameral.

Ontem, mais dois senadores reagiram contra a ideia: Nelson Carneiro e Eneás Faria, o primeiro candidato forte à presidência do Senado e o outro, 1º secretário da mesa atual. Carneiro a exemplo do presidente Fragelli, acha que toda vez que há a perspectiva de uma constituinte se alimenta a tese da adoção do sistema unicameral, "mas acabou prevalecendo o bom-senso".

Na sua opinião, o dia em que deixar de existir uma câmara como revisora da outra, terá que ser revisto o critério da representação das bancadas de deputados, sob pena dos maiores estados esmagarem os menores através da força política. Com o Senado, todo Estado tem o mesmo peso de três senadores.

Eneás Faria considera o Senado vital para o funcionamento pleno da democracia, mantendo o equilíbrio e bom-senso que nem sempre prevalece na Câmara. Para ele, vale ainda nesse quadro de avaliação, a tradição histórica e até de vanguardismo dos senadores, que, lembrou, deslançaram a transição para a Nova República.

"Por que não pensam numa coisa mais séria?", indagou Eneás Faria, para quem os dois desses ideias polêmicas e pouco construtivas deveriam apresentar soluções de talento

para as grandes causas nacionais, como dívida externa, economia, de competência administrativa ou rumos para o País.

Todavia, assinalou que alguns deputados, por serem mais apatxonados, vão acabar provocando o cotejo com os senadores, o que fatalmente prejudicará a imagem do Poder Legislativo, com uma das partes saindo machucada. E para dar exemplo, ensalou um ataque, dizendo que o Senado tem propostas mais elaboradas, pensadas, não faz projeto eleitoral nem demagógico: se sabe que esbarra na constitucionalidade, desiste. "Somente na prática pode ser considerado conservador, não ideologicamente. E isso se faz necessário na medida em que constantemente se vê obrigado a amarrar e concertar os projetos da Câmara", ressaltou.

O presidente Fragelli também revelou ontem mais uma faceta do seu desagrado com a ideia dos deputados, ao assinalar que idade não quer dizer que o Senado é conservador. E não é, reagiu, lembrando que a prática confirma que os mais moços são mais ambiciosos, querem os melhores salários, mais subsídios, maiores regalias, enquanto os mais velhos têm suas ambições limitadas pela própria experiência".

Durante a reunião da mesa diretora, ontem, quando tratou entre outros assuntos o da concessão dos 25 por cento de aumento aos servidores do Senado, o presidente Fragelli revelou aos senadores que está reunindo números para debater a questão suscitada pelos deputados, pois acha importante preservar a imagem da casa que dirige.

Parte desses números já são conhecidos. No ano passado o Senado encaminhou à sanção presidencial 96 projetos de lei; mandou mais 75 para a revisão da Câmara, emendou seis projetos de deputados, recebeu deles apenas 67 para examinar; e arquivou sete projetos da Câmara.

Na legislatura que se encerra, o Senado teve ainda 19 projetos de lei aprovados por decurso de prazo, convocou a seu plenário três ministros de Estado, promulgou 15 decretos legislativos e aprovou 313 resoluções.

Palmeira não quer mais a presidência

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, conseguiu adiar para 18 vindouro, quando haverá reunião da Executiva, o afastamento do senador Guilherme Palmeira (AL) da Presidência do PFL. Palmeira, que não deseja continuar, está com uma carta de renúncia datilografada, faltando apenas assiná-la e entregá-la ao ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, presidente licenciado do PFL.

Bornhausen frisou para Guilherme Palmeira que sua saída prejudicará o PFL, que está com dificuldades para conseguir manter seus atuais lugares nas Mesas do Senado e da Câmara. Além disso, o partido não tem quem possa substituí-lo de imediato e isso afetará o próprio esquema de preservação da Aliança Democrática.

DESMORALIZAÇÃO
O PFL está sem saber o que fará com o deputado Maurício Campos (MG), que substituiu a Guilherme Palmeira quando este se licenciou para ser candidato ao Governo de Alagoas. Maurício quer assumir a presidência na hipótese do afastamento de Guilherme, mas a cúpula - os ministros - considera-o sem a necessária dimensão nacional.

Na última terça-feira, os ministros do PFL - Aureliano Chaves (Minas e Energia), Jorge Bornhausen, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) - procuraram convencer Palmeira a continuar no cargo, mas não conseguiram. Ele mandou bater sua carta-renúncia e solicitou audiência ao ministro Marco Maciel para entregá-la.

O jantar com Bornhausen, assistido em parte pelo senador Lourival Batista, terminou com o apelo de ordem pessoal. Palmeira, íntimo amigo de Bornhausen, concordou em dar mais tempo à cúpula para que encontre um substituto, mas ressaltou que realmente não deseja ficar no cargo.

HUGO O PROVÁVEL
O primeiro nome surgido para o lugar de Palmeira foi o do ex-governador José Agripino, do Rio Grande do Norte, eleito em novembro último para o Senado. Agripino, no entanto, está com um sério obstáculo: é inimigo pessoal do ministro Aluizio Alves, muito amigo do presidente Ulysses Guimarães. Sua eleição afetaria a estrutura da Aliança Democrática.

Após José Agripino o nome mais falado é o do senador Hugo Napoleão, ex-Governador do Piauí. Hugo, inclusive, foi deputado antes de se eleger Governador, tendo sido vice-líder da Arena com relativo sucesso. Tem bom relacionamento pessoal com o presidente José Sarney. Outro ex-governador, Divaldo Suruagy, eleito senador, não está interessado.

A necessidade de ser um senador não está agradando os deputados, que são 120. Vários deles querem o retorno dos ministros Aureliano Chaves ou Marco Maciel à presidência do partido ou então que seja escolhido um parlamentar novo, sem compromissos maiores com o passado, capaz de levar o PFL a uma posição definida nas questões essenciais.



PFL debate nomes dias 21

Será no próximo dia 21, a reunião dos ministros e senadores do Partido da Frente Liberal, para definir a estratégia de ação da agremiação, e definir os critérios de escolha dos membros das mesas do Congresso Nacional e a nova liderança no Senado. A reunião dos deputados ainda não foi marcada, mas deverá ocorrer também nos próximos dias.

A data do encontro foi acertada ontem entre o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel, e o líder do partido, senador Carlos Chiarelli, e comunicada ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Chiarelli disse não pleitear a reeleição, mas que se for convidado não recusará.

A ideia de Chiarelli é realizar no início da próxima semana a reunião da diretoria executiva do PFL, para discutir os assuntos gerais, já que este ano é peculiar, diante da instalação e funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte.

Nada menos de mil funcionários da Câmara começam a cumprir aviso prévio a partir do dia 1º de fevereiro. Esse mês eles estão de férias, mas como servem nos gabinetes dos 300 deputados que perderam as eleições de novembro, só têm dois caminhos: disputar o aproveitamento pelos novos, aos quais podem oferecer experiência, ou aceitar o desemprego, fruto da admissão temporária nos cargos de assistente parlamentar, secretário parlamentar ou ajudante de gabinete.

Apesar de reconhecerem que a situação acabará provocando um problema social, a direção administrativa da Câmara não tem solução a oferecer aos cerca de mil funcionários que são admitidos em caráter temporário, para servir nos gabinetes pelo prazo do mandato de seus ocupantes. Eles foram avisados com antecedência e, por isso, nada poderão reclamar em termos de procedimento trabalhista.

Mas não é esse apenas o problema que a administração da Câmara enfrenta no momento. Os 432 apartamentos funcionais são insuficientes para abrigar 489 deputados. Os de Brasília oferecem menos problemas, porque moram na cidade mesmo e assim devem optar pelo auxílio residência pago aos que não recebem imóvel oficial (cerca de Cr\$ 8 mil). Em contrapartida, os que vêm dos estados já procuram meios de se instalar com a família para, a 1º de fevereiro, estrear em um tremor de vapor na Constituinte.

Nesse quadro de dificuldades para acomodação, a Câmara conta ainda com a existência de deputados que dispensam o apartamento porque são proprietários na cidade, como é o caso de Antônio Brito, o deputado mais votado no Rio Grande do Sul, ou Amaral Neto, Pimentera da Veiga e Dago Coimbra, en-

tre outros. Se alivia, não resolve o problema, tanto que foi instituído um auxílio-mudança no valor de Cr\$ 50 mil para aqueles que entregassem o apartamento até 31 de janeiro. Um total de 175 deputados aceitaram o agrado. Há ainda uma segunda chance: se fizerem o mesmo até dia 15, os 130 restantes podem receber Cr\$ 30 mil. Depois desse prazo, cumprirão as determinações em vigor.

Para estabelecer um critério de prioridade, a Câmara fez uma pesquisa entre os novos deputados para saber quem era solteiro ou traria a família para Brasília. Os primeiros serão

Servidor viaja, fraude e dança

A Mesa do Senado, reunida na manhã de ontem, sob a presidência do senador José Fragelli, decidiu demitir a bem do serviço público, dos quadros do Senado, o casal de servidores Luis Antônio Laranja e Virginia Laranja por haverem incorrido em falta grave que caracterizou crime de falsidade ideológica quando faziam curso no exterior.

Os dois funcionários demitidos foram autorizados a fazerem curso na Universidade de Albany (Estado de Nova Iorque), e, para isso, recebiam remuneração do Senado. No entanto, forjaram documentos sem que tivessem realizado o curso para o qual foram autorizados a viajar aos Estados Unidos.

Ambos poderão, agora, recorrer administrativamente e, num segundo estágio, entrar com ação na justiça reclamando supostos direitos.

alojados em hotéis de imediato, sem opção. Os que vierem sozinho, poderão escolher. Quanto aos que se reelegeram, são poucos os casos de pedidos de mudança para um apartamento melhor, até porque todos são amplos, com quatro quartos e diversas salas.

A Câmara não pressiona os deputados derrotados a entregar a chave dos imóveis que ocupam, até porque eles têm um prazo de 30 dias para a desocupação depois que cessa o mandato. Daí o prêmio em dinheiro para quem anda depressa. Paralela a tantas providências, existe a constatação de que alguns vivem dias de dificuldades, pois além de perderem as eleições têm um futuro incerto. A previsão é de que cerca de dez deles demorem a entregar o imóvel. E uma ação de despejo antes do dia 1º de março esbarraria na lei aprovada por eles mesmo, sustentando até lá iniciativas desta natureza.

Existe um déficit de 55 apartamentos, enquanto os outros estão distribuídos em 14 prédios, com 24 unidades cada, em cinco super-quadras - duas na Asa Norte e três na Asa Sul. Para atrair, ainda, os deputados com muitos filhos acabam precisando de mais de um apartamento, como é o caso de Carlos Sant'Anna e Jorge Vargas, só que este último não disputou novo mandato. Outros, alimentam a esperança de que um titular de mandato seja convocado pelo futuro governo estadual para uma secretaria e assumam como primeiro-suplente, condição a que foram reduzidos nas eleições de novembro. E, por isso, seguram o imóvel que ocupam. Mesmo assim a Câmara acredita que terá alojado todos seus deputados até o início da Constituinte, apostando também que a dispensa dos mil funcionários será freada pelo senso humanitário de seus novos ocupantes.

Righi: "Estatual mais cara"

Apesar de considerar o Senado como "a estatal mais dispendiosa do País", o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), frisou que sua extinção é necessária não como medida de economia, mas em decorrência da implantação do parlamentarismo, que considera inevitável.

O deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), candidato mais forte à 1ª secretaria da Câmara, revelou ontem ser favorável ao parlamentarismo, mas advertiu para os riscos de sua implantação sem que haja um quadro político-partidário definido. O atual é muito artificial.

Antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte Gastone Righi pretende reunir-se com os líderes dos outros partidos na Câmara para discussão do sistema bicameralista. Ele não gostaria que o tema fosse discutido em tom emocional - a imagem do Senado, o número de funcionários, o custo superior ao da Câmara etc - e sim em termos doutrinários.

O argumento de que o Senado é essencial para a manutenção do equilíbrio federativo não o convence. Na sua interpretação, não há na verdade uma Federação no Brasil e nem Estados propriamente ditos. O que há são unidades administrativas, distorcidas e cheias de divisões. Além do que, a intensa migração contribui, em termos sociológicos, para a descaracterização do Estado. Não há, também, que se compare a federação norte-americana com a brasileira porque suas origens e concepções são bem diferentes.

A extinção do Senado, com a preservação do mandato dos senadores, será fundamental para implantação do parlamentarismo, que é mais autêntico com uma só Câmara. Naturalmente que existem países com o Senado e Câmara, mas a tendência moderna é a unificação. Deixará de haver, no sistema que propõe, o deputado e o senador para surgir a figura do congressista.

No bicameralismo vigente há uma superposição de funções. Após um projeto ser debatido longamente na Câmara, submetido a várias comissões, ele acaba passando pela mesma tramitação no Senado, que pode simplesmente engavetá-lo, como aconteceu, no último ano, com vários projetos importantes. Com isso, o Legislativo fica amarrado e perde sua eficiência.

Dos 559 parlamentares que estarão na Constituinte, apenas quatro estavam no Congresso no Governo João Goulart, quando fracassou a experiência parlamentarista. Um deles é o deputado Paes de Andrade, que teme a repetição do passado se o parlamentarismo for implantado sem cautelas, apenas para resolver uma questão emergencial.

E indispensável, a seu ver, que exista um quadro político-partidário definido, representativo de todos os segmentos da sociedade. Ele acredita que isso acontecerá na Assembleia Constituinte.

Paes de Andrade não aceita o unicameralismo. O Senado parece-lhe fundamental para a preservação da Federação, o equilíbrio entre todos os Estados. Sem a Federação, os estados menos populosos acabarão sendo prejudicados em suas reivindicações e aumentará, de forma inevitável, o desequilíbrio regional.